

Apoio de ministros será fundamental para capacitação de magistrados

Diretor-geral da Enfam desde setembro do ano passado, o ministro Cesar Asfor Rocha tem convicção de que não atua sozinho. “É fundamental o apoio dos meus pares, dos juizes, dos servidores e até da sociedade em qualquer trabalho inovador”, ressalta o ministro. Com espírito empreendedor, coordenou o maior projeto de informatização processual do Judiciário brasileiro, alçando o STJ à condição de primeiro tribunal nacional do mundo totalmente virtualizado. Na atual função, pretende promover a mais estreita colaboração entre as escolas de magistratura do Brasil. “Juntos, vamos incentivar o espírito de renovação dos magistrados e desenvolver a inclusão de todos na cidadania”, assinala. Promete trabalhar para promover projetos ousados. “Sei que é difícil quebrar paradigmas, mas isso será possível com o entusiasmo dos servidores da Escola e com o apoio dos colegas envolvidos na empreitada de capacitar todos os magistrados brasileiros”.

Qual sua avaliação desse período inicial de gestão?

A proposta de dar continuidade ao trabalho dos ministros que me antecederam vem sendo cumprida. Concluímos a Meta 8 em 2010 e conseguimos capacitar mais de oito mil juizes em todo Brasil. Para 2011, disponibilizaremos 12 mil vagas em cursos dos mais variados. Um deles, de grande sucesso ano passado, cuidará do aprimoramento dos magistrados especializados na área criminal. Para se ter ideia da importância desse curso, a primeira turma, completada no fim de fevereiro, contou com 120 inscritos. Tenho certeza de que, com apoio das escolas estaduais de magistratura, encerraremos o ano como o iniciamos: com êxito absoluto.



Ministro Cesar Asfor Rocha conta com apoio de colegas e entusiasmo de servidores para ampliar os horizontes da Enfam na capacitação de magistrados

A exemplo de sua atuação como presidente do Superior Tribunal de Justiça, quando compartilhou com os servidores os resultados alcançados por sua gestão, o senhor tem dividido o sucesso da Enfam com dirigentes das escolas, com magistrados e servidores de tribunais estaduais. É essa a máxima do gestor moderno?

Procuramos cumprir nossa missão de garantir uma prestação jurisdicional de qualidade, que seja rápida e eficiente. Por isso, na presidência do STJ ou agora na direção-geral da Enfam tenho convicção de que não atuo sozinho. É fundamental o apoio dos meus pares, dos juizes, dos servidores e até da sociedade em qualquer trabalho inovador. Como disse ao deixar a presidência do Tribunal, a compreensão e a colaboração de todos os ministros foram determinantes para que pudesse ousar e realizar o que pensei para o Tribunal da Cidadania.

Foi assim que o STJ cumpriu seu papel de tribunal vanguardista no cenário nacional, inovando em diversos aspectos para oferecer aos jurisdicionados instrumentos mais eficazes de acesso aos serviços e à informação.

Será assim também na Enfam?

Certamente. Nesse período, pude observar com prazer o comprometimento dos colegas magistrados que coordenam escolas estaduais. Devo lembrar a importante e consolidada parceria entre Enfam, CNJ e CEJ. É a confirmação do que sempre digo: não há iniciativa de sucesso sem que haja uma relação de trabalho com objetivos consensuais. Desde o primeiro dia, nossa proposta à frente da instituição foi manter o trabalho já iniciado pelos antecessores e, na medida do possível, ousar. O primeiro grande passo foi implantar o processo virtual. Estamos certos de que, como ocorreu no STJ, a virtualização agilizará

a criação e execução de cursos e, certamente, encurtará distâncias e democratizará o acesso.

Na sua administração, o STJ atingiu a condição de primeiro tribunal do mundo totalmente digitalizado. O senhor acredita ter concluído sua tarefa à frente do Tribunal?

Todos lembram que, quando assumi a presidência do STJ, em setembro de 2008, anunciei um choque de gestão, baseado no tripé modernização da estrutura, racionalização de condutas e agilização dos julgamentos da Corte. Todos os compromissos assumidos foram cumpridos. Com apoio irrestrito dos colegas e servidores, entramos definitivamente na era digital, consolidamos os recursos repetitivos, disponibilizamos novos serviços no portal e incrementamos a integração com organismos internacionais. Coordenamos o maior projeto de informatização processual do Judiciário brasileiro. Com a agilização, acabamos com os processos em papel e verdadeiramente transformamos o STJ no primeiro tribunal nacional do mundo totalmente virtualizado. No fim de 2009, a iniciativa foi reconhecida com o Prêmio Inovare, honraria que consagra as melhores práticas jurídico-administrativas no âmbito do Judiciário do Brasil.

Fizemos uma revolução silenciosa, contagiando ministros, servidores e usuários. Também ultrapassamos fronteiras, pois o projeto foi adotado integralmente pelo Banco Mundial como exemplo de modernização do Judiciário. Acredito ter deixado a presidência do STJ com a certeza do dever cumprido. Além de reduzir distâncias, garantir segurança, economia, transparência e melhores condições ambientais, a digitalização gerou inclusão social. Oferecemos acessibilidade física, digital e social às pessoas portadoras de deficiência. Por isso, é com imenso orgulho que reitero minha participação no trabalho de transformação do Judiciário. O Poder deixou de ter apenas a atividade de julgar. Hoje, temos de ter, com a mesma prioridade, a preocupação com a gestão.

Como ocorrerá o processo de virtualização da Escola?

O primeiro passo foi a digitalização dos processos de credenciamento dos cursos realizados pelas escolas estaduais e federais, iniciada no fim de 2010. Os processos digitais já são arquivados no Sistema de Gerenciamento de Cursos da Enfam (Sisfam), que permite às escolas de magistratura o acompanhamento integral das solicitações por meio eletrônico. O sistema dará mais transparência e celeridade ao credenciamento.

“

O Poder Judiciário deixou de ter apenas a atividade de julgar.

Hoje temos de ter, com a mesma prioridade, a preocupação com a gestão

”

Criado na sua gestão no STJ, o site da Enfam consolidou-se como um dos mais importantes das instituições afins. A curto ou médio prazos, o senhor imagina alguma mudança na configuração ou no conteúdo do portal?

É sempre interessante mudarmos para melhor o que já é bom. Temos uma média boa de acessos mensais, destacando-se os serviços de pesquisa e de notícias. Não podemos e não vamos nos comparar ao portal do STJ, que em períodos anteriores chegou a registrar 218 milhões de acessos e 222 milhões de pesquisas de jurisprudência. Se necessário, faremos modificações, principalmente porque partimos da

premissa de que, sem autoalimentação, o sistema tende a sucumbir. O objetivo é estar cada vez mais próximo do nosso público-alvo e, por extensão, do cidadão brasileiro. Reitero que, sem riscos, nós não cresceremos.

Responsável pela coordenação e gerenciamento dos cursos da magistratura brasileira, a Enfam hoje está consolidada. Como o senhor avalia as funções de capacitação da instituição?

Desde sua criação, em 30 de dezembro de 2004, através da Emenda 45, a Enfam vem cumprindo seu principal objetivo, que é definir as diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento dos mais de 15 mil magistrados brasileiros. Em 2010, além de capacitar mais da metade desses juízes, conforme determinação da Meta 8, credenciamos quase 300 cursos de escolas instaladas em todas as unidades da Federação. Em parceria com o CNJ, também elaboramos dezenas de outros a distância. Um deles, destinado a juízes de varas criminais federais, pode ser definido como um marco para o Judiciário, na medida em que despertou uma preocupação com a gestão. Portanto, estamos trabalhando firmes para ampliar os horizontes da Escola.

Como a sociedade pode imaginar a Enfam?

Seguindo minhas convicções, trabalhando para promover projetos ousados. Sei que é difícil quebrar paradigmas, mas certamente isso será possível com o entusiasmo dos servidores e com o apoio dos colegas envolvidos na empreitada de capacitar os magistrados brasileiros. Vamos trabalhar para também derrubar distâncias geográficas de um país imenso como o Brasil.

Decano do STJ, onde já ocupou todos os cargos destinados a ministros, o senhor é reconhecido nacional e internacionalmente pela modernização do Tribunal. Como encara mais esse desafio de dirigir a Enfam?

Divido sempre o trabalho, os resultados e, principalmente, as eventuais homenagens com os colegas e com os servidores. Não será diferente. É mais um desafio a ser vencido, mas, com a colaboração de todos, alcançaremos o sucesso desejado. Repito que nossos objetivos são consensuais. Buscamos a prestação jurisdicional mais eficiente, eficaz e efetiva. O trabalho será longo e extenuante, pois, paralelamente à direção da Enfam, presido a Comissão Conjunta de Poderes e Conselhos Judiciários Europeus e Latino-Americanos, integrado por 41 países.

Logo após sua posse, o senhor manifestou disposição de transformar a Enfam em modelo para o Brasil e para o âmbito da Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais (RIAEJ). Como fazer isso?

Da forma como meus antecessores faziam. Vamos ampliar em 2011 uma série de acordos firmados com escolas internacionais. Um deles é de 2009 e prevê a troca de conhecimentos e de experiências com a Escola Nacional de Magistratura da França (ENM). Com base em relatos do então vice-diretor da Enfam, ministro Aldir Passarinho, que visitou a ENM em julho do ano passado, vamos aproximar magistrados brasileiros que atuam nos estados do Norte brasileiro dos juizes franceses que servem na Guiana Francesa. Consideramos que a realização de seminários internacionais com temas acertados entre os dois países é um dos caminhos mais curtos para essa integração. O interesse comum é que, a partir dessa aproximação, possamos discutir questões relacionadas à fronteira.

De que modo o senhor pretende formalizar esse intercâmbio?

Ele deverá ser facilitado pela história das duas instituições, que se destacam pela formação humanística dos magistrados. Por sugestão do ministro Aldir Passarinho, um dos primeiros passos poderá ser a realização de um seminário conjunto sobre controle de consti-

tucionalidade. Também estão previstas visitas anuais e alternadas das diretorias da Enfam e da ENM para comparação dos sistemas de formação de juizes, troca de experiências para melhoria das técnicas de transferência de conhecimento e práticas pedagógicas.

Já como diretor-geral da Escola, o senhor foi homenageado pelo Parlamento brasileiro e pela Universidade Federal da Bahia, respectivamente com a Medalha Ordem do Congresso Nacional e com a Comenda do Mérito Orlando Gomes. O que significaram mais essas honrarias?

“

Estamos certos de que, como ocorreu no STJ, a virtualização agilizará a criação e execução de cursos e, certamente, encurtará distâncias e democratizará o acesso

”

De muita importância para minha jornada acadêmica, de jurista e magistrado. No caso do Congresso, tive reconhecidos serviços prestados ao Judiciário e ao País. Na Universidade, mais importante, ainda, porque fui o segundo jurista a receber a homenagem desde que ela foi criada. E com votação unânime. Não esqueço meu passado recente de professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Sou orgulhosamente mestre em Direito Público e portador dos títulos de Professor Honoris Causa e de Notório Saber Jurídico, ambos da UFC, e Doutor Honoris Causa, pela

Universidade de Fortaleza. Também sou membro da Academia Cearense de Letras e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

Em mensagem de encerramento de curso dirigida a magistrados especializados, o senhor afirmou que os juizes não estão preparados para administrar tribunais, muito menos varas criminais?

Reitero que alguns temos pendores pessoais, que são decorrentes de algumas experiências que tivemos. Entretanto, nunca houve uma preocupação de estabelecer metas de gestão. A Enfam e as escolas estaduais são as grandes responsáveis por essa mudança de rumo. O referido curso foi um marco, pois, pela primeira vez, se capacitou juizes especializados na aplicação de rotinas de tramitação de execuções penais, implementação de sistemas automatizados de controle e cumprimento de penas, adoção de controle mais eficaz de saídas temporárias e, principalmente, para evitar a manutenção de prisões além do prazo.

De março até novembro, a Enfam e a Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais (RIAEJ) realizarão um programa de videoconferências sobre temas variados. O senhor participará das videoaulas?

Disposto a acompanhar de perto a execução do programa, participei na condição de ouvinte. Integrante da direção da RIAEJ, afianço que a Rede é voltada para cooperação, alinhamento e apoio recíproco entre as escolas judiciais e os centros públicos de capacitação judicial da América Latina e da Península Ibérica. É prestigiada em todo mundo e tem por objetivo contribuir para o intercâmbio de informações sobre programas, metodologias e sistemas de capacitação judicial, bem como facilitar a coordenação de atividades e planejar atividades de capacitação. Será uma ótima oportunidade para os magistrados brasileiros se aprimorarem ainda mais. ■